

**HABEAS CORPUS Nº 547.838 - RJ (2019/0353382-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : ALAN MONTEIRO ESPINOSA  
**ADVOGADO** : ALAN MONTEIRO ESPINOSA - RJ091265  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : WESLEY MIRANDA DE ARAUJO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de WESLEY MIRANDA DE ARAÚJO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que, negando provimento ao recurso de apelação interposto pela defesa, manteve a condenação do ora paciente, determinando a execução provisória da pena tão logo esgotados os recursos ordinários.

Nesta via, sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, diante da determinação da imediata execução provisória da reprimenda privativa de liberdade pelo sentenciado, antes do trânsito em julgado da condenação.

Pondera que há recurso especial pendente de julgamento e que "*o Egrégio Supremo Tribunal Federal, em recente julgamento, mudou o seu posicionamento passando a admitir a prisão somente após o trânsito em julgado da sentença condenatória e não mais após o julgamento em segunda instância*" (e-STJ fl. 7).

Aduz que o paciente é primário, sem antecedentes, tem residência fixa e trabalho lícito.

Diante disso, requer a concessão da ordem para que seja garantido ao paciente o direito de recorrer aos tribunais superiores em liberdade.

Liminar deferida para "*garantir ao paciente o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação, salvo prisão por outro motivo*" (e-STJ fls. 139-140).

Ciente o Ministério Público Federal.

**É o relatório.**

**Dos elementos carreados aos autos**, verifica-se que o ora paciente foi condenado em primeiro grau de jurisdição ao cumprimento de 4 (quatro) anos de reclusão, em regime inicial aberto, e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, como incurso no art. 157, *caput*, do Código Penal.

Irresignada, a defesa e o Ministério Público apresentaram, cada um, recurso de apelação perante o Tribunal de origem, que negou provimento ao apelo defensivo e acolheu as razões ministerial para majorar as penas impostas ao réu para 4 (quatro) anos e 8 (oito) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 11 (onze) dias-multa, determinando, ainda, a execução provisória da pena "*decorrido o prazo para interposição de recurso nesta Instância*" (e-STJ fl. 80).

Pois bem

**Delineado o contexto fático-processual**, insta consignar, por oportuno, que o início cumprimento da reprimenda imposta ao réu foi determinado pelo Tribunal de

origem em sede de apelação, com fulcro, exclusivamente, no julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal no HC n. 126.292/SP.

Contudo, em 7/11/2019, o Pretório Excelso, julgando definitivamente as Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, 44 e 54, declarou a constitucionalidade do art. 283 do Código de Processo Penal, firmando nova orientação, *erga omnes* e com efeito vinculante (art. 28, parágrafo único, da Lei n. 9.868/1999), no sentido de que a execução da pena privativa de liberdade só poderá ser iniciada após o trânsito em julgado da condenação.

E, aqui, conforme afirmado alhures, observa-se que a execução provisória da pena teve início, apenas, em virtude da confirmação da sentença em segundo grau. Ademais, em consulta realizada no endereço eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que ainda não houve o trânsito em julgado da condenação, porquanto consta a interposição de recurso especial.

Em caso similar, o Superior Tribunal de Justiça, por decisão monocrática, demonstra já estar ajustando seu entendimento ao novo norte indicado pela Suprema Corte:

*"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. EXECUÇÃO DA PENA ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. ORIENTAÇÃO MAIS ATUAL DO STF. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. [...]*

*De fato, em julgamento realizado no dia 7/11/2019, o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar as Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, n. 44 e n. 54, por maioria, decidiu que é constitucional a regra do Código de Processo Penal que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso (trânsito em julgado da condenação) para o início do cumprimento da pena.*

*Em face do exposto, concedo liminarmente a ordem para assegurar ao paciente o direito de aguardar o trânsito em julgado da condenação em liberdade, salvo prisão por outro motivo, podendo o Magistrado singular, desde que existam elementos concretos para tanto, decretar a prisão preventiva, fundamentadamente"*

(HABEAS CORPUS Nº 545.272 - PR (2019/0339094-4), Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, 12/11/2019).

Na mesma esteira, colhem-se as decisões proferidas no REsp n. 1.843.197/SP, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, julgado em 12/11/2019, DJe 19/11/2019; HC n. 546.090/SP, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, julgado em 18/11/2019, DJe 19/11/2019; HC n. 545.829/SC, Rel. Ministra Laurita Vaz, julgado em 12/11/2019, DJe 19/11/2019; e HC n. 545.648/MG, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, julgado em 12/11/2019, DJe 19/11/2019.

Tais fatos evidenciam, agora, a ilegalidade da decisão ora impugnada, passível de ser sanada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, **concede-se a ordem** para, confirmando a liminar anteriormente deferida, revogar a prisão preventiva do ora paciente, a fim de lhe garantir o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação, salvo prisão por outro motivo.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator